

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resolução nº 197/2014 - DGP	02
Resoluções de Afastamentos nº 314 a 323/2014	02

Atos Legislativos

Autógrafo ao Projeto de Lei nº 024/2014	03
Decreto Legislativo nº 006/2014	04
Requerimento nº 048 e 049/2014	04
Indicação nº 036/2014	04
Ata da 2303ª Sessão Ordinária - Sucinta	05
Ata da 2307ª Sessão Ordinária - Sucinta	06
Ata da 2308ª Sessão Ordinária - Sucinta	06
Ata da 2309ª Sessão Ordinária - Sucinta	08
Ata da 2303ª Sessão Ordinária - Íntegra	09
Ata de Reunião Conjunta das Comissões Permanentes	13

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 197/2014-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER férias da servidora **Gildete Francisca de Souza**, matrícula 1324, referentes ao exercício de 2013/2014, marcadas para o período de 02/05/2014 a 31/05/2014, para serem usufruídas de 01/12/2014 a 30/12/2014, por necessidade do serviço, conforme Memo nº08/2014 Superintendência Geral.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 314/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO a Resolução nº 295/2014, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1817, de 19 de maio do corrente ano

que autorizava o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA** a viajar com destino a cidade de Brasília-DF, conforme MEMO Nº 30/2014, GAB. DEP. JOSÉ REINALDO, datado de 22 de maio do ano em curso.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 315/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **VÂNIA LÚCIA DE PAULA OLIVEIRA**, Matrícula 010237 e **ÍTALO MAIKE DE LIMA HONORATO**, Matrícula 012198 para viajarem com destino a cidade de Vitória-ES, no período de 26.05 a 04.06.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto ao Administrativo e CPL da Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 316/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **JÉSSICA SOUZA COSTA**, Matrícula 010858, **ALFREDO DE PAULA MAIA**, Matrícula 001091, **APARECIDO JURANDIR EGÍDIO SANCHES**, Matrícula 009808 e **RONDINELE DA SILVA ESBELL**, Matrícula 011746 para viajarem com destino ao município de Caracará, no dia 23.05.2014, com a finalidade de fazerem a cobertura do ciclo de palestras sobre as Eleições 2014 que acontecerá na Câmara Municipal daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 317/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **HISRAUFRE EMILIANO DA COSTA**, Matrícula 012368, **JOSÉ AFONSO DE OLIVEIRA FILHO**, Matrícula 012946 e **IVALDO JOSÉ DA SILVA**, Matrícula 014319 para viajarem com destino aos municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, no período 24.05 a 26.05.2014, com a finalidade de acompanharem o presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, deputado Gabriel Picanço, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 318/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **SIMONETE BONFIM CORREA**, Matrícula **014746** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 22.05 a 29.05.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 319/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MARLENE LIRA DOS SANTOS**, Matrícula **000036** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 26.05 a 30.05.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto ao Departamento Contábil da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 320/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ANTONIO MALVA NETO**, Matrícula **001050**, **FABIANA DA SILVA COSTA**, Matrícula **010250**, **SÍLVIO DA SILVA SANTOS**, Matrícula **015510** e **PAULO HENRIQUE DE SOUZA COSTA**, Matrícula **014085** para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 26.05 a 04.06.2014, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atribuições funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 321/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

1º **RETIFICAR** a Resolução nº 287/2014, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1814, de 14 de maio do ano em curso, que autorizou o afastamento dos servidores **AMANDA EMANUELLE PERES DAMASCENO**, Matrícula **011407**, **ELLEN CRISTINA IORIS**, Matrícula **011048**, **MÁRCIO SARAIVADO NASCIMENTO**, Matrícula **013629** e **THACYANNE KARMINE PERES**, Matrícula **013939** para viajarem com destino ao município de Normandia

2º **Onde se Lê:** THACYANNE KARMINE PERES, Matrícula 013939. **Leia-se:** THACYANNE KARMYNE PERES LIMA, Matrícula 013939.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 322/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de

Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOAQUIM DE FREITAS RUIZ** para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 26.05 a 28.05.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades parlamentar, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 323/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ADEMIR GUEDES DA SILVA**, Matrícula **013301**, **CAROLINE DE ALMEIDA RAMALHO**, Matrícula **012333**, **CRISTINE AMORIM OLIVEIRA**, Matrícula **008071**, **HILDO LOPES DE LIMA**, Matrícula **008082**, **KAROLINE ARAÚJO DE LIMA**, Matrícula **011757** e **LARA CRISTINA DE SOUZA MENEZES**, Matrícula **012343** para viajarem com destino ao município de Rorainópolis, no período de 26.05 a 31.05.2014, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes à Comissão de Saúde deste parlamento, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 024/14

Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar– PREME, no Estado de Roraima e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Roraima, o Programa de Regionalização da Merenda Escolar– PREME, visando estimular o aumento da produção hortifrutigranjeira, florestal, extrativista e agroindustrial regionais, garantindo a utilização de gêneros alimentícios regionais na merenda escolar servida na rede pública estadual de ensino, contribuindo para o desenvolvimento físico, intelectual e pedagógico dos alunos.

Art. 2º O Programa de Regionalização da Merenda Escolar– PREME, terá as seguintes finalidades:

I – instituir e fomentar uma economia de produção sustentada de alimentos voltados à merenda escolar, a partir de uma demanda específica e definida;

II – propiciar a produção de alimentos regionais de acordo com as vocações dos Municípios;

III – reduzir custos com a merenda escolar, por meio da economia, com transporte e armazenamento dos alimentos;

IV – fomentar a geração de emprego e renda no interior do Estado;

V – resgatar e respeitar os hábitos alimentares regionais;

VI – integrar a merenda escolar à proposta pedagógica nas escolas, por meio de discussões sobre a alimentação, saúde, higiene e produção agropecuária, pesqueira, florestal e outras provenientes do Setor Primário;

Art. 3º A merenda escolar distribuída na rede pública estadual de ensino será composta, preferencialmente, por produtos hortifrutigranjeiros, florestais, extrativistas e agroindustrial regionais, pesqueiros de cultivo, extrativistas e pecuários, produzidos no Estado de Roraima, respeitando-se

a sazonalidade.

Art. 4º A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, para a plena eficácia do programa aqui disposto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Deputado **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Deputado **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2014.

Aprova a indicação para ocupar o Cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH, nos termos do art.33, inciso XVIII da Constituição do Estado de Roraima o Senhor Marcelo Marcos Levy de Andrade.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor **Marcelo Marcos Levy de Andrade**, para ocupar o Cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima – FEMARH, nos termos do art.33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 22 de maio de 2014.

Deputado **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Deputado **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

REQUERIMENTOS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 020/13 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO N.º 051/13.
REQUERIMENTO Nº 048/14

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

A Deputada que a este subscreve, amparada no que determina o § 1º do art. 43, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer de Vossa Excelência prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial composta pelos Senhores Deputados **Aurelina Medeiros, Zé Reinaldo, Flamarion Portela, Marcelo Natanael e Remídio Monai**, destinada para analisar e emitir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 001/2013, que “Altera o art. 133 da Constituição do Estado de Roraima para determinar que os recursos incluídos na Lei Orçamentária Anual em decorrência da aprovação de emendas de autoria de Parlamentares serão de execução impositiva”, de autoria de Vários Deputados, após ouvir o Plenário.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2014.

Flamarion Portela

Vice-Presidente

REQUERIMENTO Nº 049/2014.

Excelentíssimo Senhor

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente:

Os deputados que esta subscrevem, considerando o art. 192, I, “b” c/c art. 196, XIII e XVII, e art. 37, V c/c art. 40, III, todos do Regimento

Interno desta Casa Legislativa;

Considerando o Projeto de Intervenção Escolar encaminhado pela Escola Estadual Ana Libória manifestando preocupação com o aumento de doenças crônicas emocionais em jovens e a necessidade de alertá-los sobre esse fato tão alarmante;

Considerando que o objetivo do referido projeto é realizar parcerias com os poderes públicos no sentido de oferecer um suporte maior para as comunidades escolares no que se refere a rede de proteção e prevenção quanto ao uso de drogas e bebidas nas escolas, além do excesso de violência;

REQUEREM que seja realizada uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater sobre o tema com a sociedade e poder público, objetivando novos planejamentos para amparar os servidores que trabalham em escolas, muitas vezes em situação de risco, bem como capazes de conscientizar os alunos sobre os cuidados com a saúde e a qualidade de vida, desviando-os do uso de bebidas e entorpecentes;

JUSTIFICATIVA

Os cientistas e pesquisadores deste século tinham o sonho que os jovens de hoje iriam superar as expectativas de uma geração de novos pensadores e inventores e de novas ideias para melhorar a sobrevivência das espécies. Infelizmente, as novas tecnologias não foram capazes de trazer os jovens para o mundo real.

As tecnologias modernas acabaram aprisionando os jovens em um mundo de fantasias, levando-os a adquirir uma síndrome do pensamento acelerado a um nível de estresse moderado a gravíssimo, ocasionando, em muitos casos distúrbios como a ansiedade grave com isolamento familiar e social que muitas vezes transforma-se em revolta contra a própria família e a sociedade, além de atingir os educadores que são vítimas em potencial, devido a ausência de uma postura mais enérgica em sala de aula.

Todos esses fatores apresentados acarretam um aprendizado insatisfatório ou nenhum aprendizado.

Em três anos de atendimento, foram registrados oralmente e por escrito, diversos casos de estresse de professores, onde ocorreu a perda de controle em sala de aula e transferência de problemas familiares e de origens financeiras aos alunos, assim como dos alunos para com os professores.

Os problemas apresentados pelos jovens atendidos envolvem: problemas com a família; abuso sexual; problemas financeiros; envolvimento com galeras; tentativa de suicídio; uso de drogas e alcoolismo; bulimia; obesidade; bullying; comportamento antissocial; baixa autoestima; fobia; estresse ou depressão pós traumática.

A aprovação deste requerimento será comprovação de que o Legislativo está comprometido com a efetivação do exercício da cidadania e fortalecimento da dignidade humana.

Dessa forma requeremos a convocação das autoridades competentes, bem como a cortesia da presença daqueles que serão convidados, no anseio de atender aos fins almejados pela sociedade.

Palácio Antônio Martins, 21 de maio de 2014.

Erci de Moraes

Deputado Estadual

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 036/2014.

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

- CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE RIO CAROEBE – VICINAL 32 – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – ESTADO DE RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

Construir a ponte sobre o Rio Caroebe de apenas 100 mts na Vicinal 32 no Município de São João da Baliza é de suma importância para a região e para o Estado de Roraima. Este ato visa sanar um grave problema que afeta o cotidiano e bem estar das famílias e produtores daquela localidade pois por esta via de transporte é feita a escoação de gado e produtos agrícolas como também a locomoção dos moradores da região.

Lembrando que esta construção deve ocorrer antes do início do inverno, pois com as chuvas ocorre o risco de ficar isolada a região.

Tendo em vista que o Estado de Roraima será o maior beneficiado por construir a ponte, pois estará assim dando condições para o desenvolvimento desta localidade.

Essa iniciativa amparada regimentalmente foi à forma encontrada por este Parlamentar para fazer com que o Executivo se sensibilize com a necessidade da região acima citada.

Esse é o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 20 de Maio de 2014.

MARCELO CABRAL
 Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 037/14

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da seguinte Indicação:

- **DETERMINARA A AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA – ADERR, A ELABORAÇÃO POR MEIO DE SEU CORPO TÉCNICO DE UM PLANEJAMENTO ESPECÍFICO DE BIOSSEGURANÇA VOLTADO PARA A PROTEÇÃO DO SEGMENTO DA PISCICULTURA EM TODA A SUA CADEIA PRODUTIVA.**

JUSTIFICATIVA

A Biossegurança é um termo utilizado para descrever as medidas tomadas para prevenção, minimização ou eliminação de riscos, visando a saúde humana, animal, a preservação do meio ambiente e a qualidade dos resultados.

Especificamente quando mencionamos o termo na piscicultura, a biossegurança simplesmente nos remete ao contexto de criar barreiras que protejam os peixes de doenças, sendo que o uso eficiente das práticas de biossegurança se dá com a elaboração e implantação de protocolos específicos, voltados para proteger cada unidade de produção, região ou mesmo um país. Embora conhecidamente poluidora, os efeitos das atividades de cultivo normalmente são ignorados, a quantidade total de resíduos das fazendas aquáticas, e seus impactos no desenvolvimento da atividade raramente são reconhecidos, especialmente do ponto de vista da sustentabilidade. Sendo que o foco na gestão aquícola é em função do aumento da produtividade através de uma intensificação produtiva, tendo em vista apenas uma viabilidade econômica a curto prazo.

Nesse sentido, em se tratando da piscicultura, é necessária a exigência natural de um permanente nível de atenção, de comprometimento e de coordenação de todos os envolvidos na atividade sendo imprescindível que os produtores, pesquisadores, técnicos, órgãos governamentais, fabricantes de rações e outras empresas com interesse no desenvolvimento do setor, cooperem no sentido de se antecipar aos problemas de sanidade nos cultivos.

Diante disso, considerando o crescimento deste segmento no Estado de Roraima, configurando-se com um arranjo produtivo consolidado, gerador de emprego e renda e a necessidade dos empreendedores deste ramo em possuir mais segurança em seus investimentos, é que a presente indicação se faz necessária, tendo em vista que visa a elaboração pelos profissionais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de um planejamento específico de biossegurança voltado para este segmento, com o escopo de proteger e desenvolver esta atividade ainda mais em nosso Estado.

Essa iniciativa, amparada regimentalmente, foi a forma encontrada por este Parlamentar para fazer com que o Executivo se sensibilize com a necessidade de se investir nesta prevenção para este segmento que tem se tornado tão importante para o Estado de Roraima.

Salá das Sessões, 21 de maio de 2014.

FRANCISCO JOSÉ BRITO BEZERRA
 Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia trinta de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*. Após, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Memorando nº 015/14, de 29/04/14, da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 29/04/14. Memorando nº 09/14, de 25/04/14, do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 24/04/14; Projeto

de Resolução Legislativa nº 004/2014, que Altera a Resolução Legislativa nº 009/11, que dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução Legislativa nº 005/2014, que Altera os anexos II e III da Resolução Legislativa nº 009/11, e suas alterações que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução Legislativa nº 006/2014, que Dispõe sobre a reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo Estadual para o exercício financeiro 2014 nos termos do art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; e Projeto de Resolução Legislativa nº 007/2014, que Altera a Resolução Legislativa nº 007/12 e suas modificações, que alterou a Resolução Legislativa nº 020/09 que fixou a verba de gabinete dos parlamentares e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora. **EXTERNOS:** Ofício nº 006/14, de 28/04/14, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando cópia do inteiro teor da exordial e da Decisão nº 006/14 do TCE-RR – Plenário para conhecimento. Carta Oficial nº 103/14, de 18/03/14, do Gabinete do Deputado Federal Raul Lima, informando que conseguiu através de muitas negociações e articulações, junto ao Ministério das Cidades, a liberação do investimento de R\$ 90 milhões para pavimentação asfáltica de nossa capital, oriundo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** reportou-se ao Programa Luz Para Todos, cujo objetivo era levar a energia a mais de 10 milhões de famílias em Roraima e demais unidades da federação, pois a meta do Governo era aplicar mais de 20 bilhões de reais. Segundo o Senhor Deputado, Roraima aderiu à parceria com o Governo Federal, mas não cumpriu o primeiro contrato tendo que devolver recursos, pagar multas e fazer um novo contrato de 64 milhões para atender quase 11 mil famílias, o qual teria sido prorrogado por quatro vezes, sendo que o último vence no final de 2014. De acordo com o Senhor Parlamentar, a Eletronorte fez sua parte para atender a Zona Rural de Boa Vista, mas a CER não cumpriu o contrato, pois das 9 mil famílias a serem beneficiadas, quase mil ficaram de fora. Continuando, afirmou que a CER prejudicou diretamente o povo do interior e não poderá fazer um novo contrato para atender o restante das famílias, uma vez que o Governo Federal anunciou que não dará continuidade ao Programa. Finalizou, chamando a atenção de toda a classe política para pressionar o Governo Federal a abrir uma exceção e dar continuidade ao programa, pelo menos no Estado de Roraima. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou informando que devido o Estado de Roraima ser o único da Federação que não dispõe de uma Secretaria de Turismo, fez uma indicação para criação da mesma, porém não foi acatada, mas, agora, como se trata de um novo Governo, fará novamente para que a mesma seja criada de forma extraordinária e no decorrer de um ano seja analisada sua eficiência. Continuando, ressaltou a importância dessa pasta que, em sua opinião, dará ao Estado legitimidade para pleitear ações a nível nacional junto à EMBRATUR e ao Ministério do Turismo, de modo a alocar recursos federais para execução de projetos. Após, citou exemplos das potencialidades turísticas de Roraima, as quais podem ser transformadas em produtos a serem comercializados a nível nacional e internacional. Finalizou destacando que o turismo movimentou mais de cinquenta atividades paralelas, gerando emprego e renda para o Estado. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a Ordem do Dia: Projeto de nº 017/14 que “Institui a semana de promoção e prevenção em saúde do Trabalhador e o Dia estadual em memória às vítimas de acidentes e agravos relacionados ao trabalho”, de autoria do Deputado Erci de Moraes; Projeto de Resolução Legislativa nº 004/14, que altera a Resolução nº 007/12 e suas modificações que alterou a Resolução nº 020/90 e fixou a verba de gabinete de parlamentares e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução nº 005/14, que altera os anexos II e III da Resolução nº 009/11 e suas alterações que dispõe sobre reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução Legislativa nº 006/14 que dispõe sobre a reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2014 nos termos do art. 37, inciso X da Constituição Federal e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Proposta de Moção de Pesar nº 014/14, aos familiares do Senhor Tequildo Bezerra de Moraes (Pai do Deputado Brito Bezerra), pelo seu falecimento ocorrido dia 27 do corrente, no Município de Milagres, Estado do Ceará, de autoria de vários Deputados. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que os Senhores Deputados pudessem se dirigir ao Plenário para deliberarem sobre a pauta da Ordem do Dia. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, informando que as matérias não puderam ser apreciadas por falta de quórum e transferiu a pauta para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Setor de Taquigrafia que fizesse o registro dos Senhores Deputados presentes no Expediente da Ordem do

Dia: **Angela Portella, Chico Guerra, Coronel Chagas, Gabriel Picanço, Marcelo Natanael, Marcelo Cabral e Zé Reinaldo**. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 06 de junho, à hora regimental. Registraram a presença os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiago Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo**.

Aprovada em: 06/05/2014

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quinze de maio de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, convidou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** para atuar como Primeiro Secretário Ad hoc. Em seguida, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memorando nº 018/14, de 14/05/14, da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência nas sessões dos dias 14/05 e 15/05/14. Ofício nº 010/14, de 14/05/14, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 14/05 e 15/05/14. Ofício nº 022/14, de 14/05/14, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência nas sessões dos dias 13, 14 e 15/05/14. **EXTERNOS:** Ofício nº 429/14, de 06/05/14, do Procurador da República de Roraima, Gustavo Kenner Alcântara, informando que tramita o procedimento preparatório nº 1.32.000.000797/2013-17, cuja ementa é: Acompanhamento das Audiências Públicas do ano de 2013/ Prestação de Contas da Gestão do Sistema Único de Saúde. Ofício Circular nº 001/14, de 12/05/14, do Presidente da ATRCBC- Associação dos Trabalhadores Rurais do Cujubim Beira Rio de Caracará, Alcemir Ribeiro da Silva, informando alteração na diretoria desta. Ofício Circular nº 002/14, de 05/05/14, de Maria Carolina Velludo, Diretora de atividades/ TCERR, objetivando aferir a tempestiva da Prestação de Contas de Governo e dar cumprimento ao que determina a lei de responsabilidade Fiscal, que solicita a cópia da ata da 1ª Sessão Legislativa do exercício de 2014. Ofício nº 174/14, de 13/05/14, da Caixa Econômica, com notificação do crédito de recursos financeiros sob bloqueio, em 28/04/14, no valor de R\$ 485.852,97, no âmbito do Programa Esporte e Lazer na Cidadania, sob a gestão do Ministério dos Esportes, para melhoria da Infraestrutura do complexo esportivo Canarinho. Ofício nº 173/14, de 13/05/14, da Caixa Econômica, com notificação do crédito financeiro sob bloqueio, em 07/05/14, no valor de R\$ 133.595,20, no âmbito do Programa Esgoto Sanitário, sob gestão do Ministério das Cidades, com objetivo de Ampliação do SES nas sub-bacias Portal do Sol e Buritit. Ofício nº 171/14, de 12/05/14, da Caixa Econômica, com notificação do crédito de recursos financeiros sob bloqueio, em 06/05/14, no valor R\$ 5.000.000,00, firmado com o Fundo Estadual de Saúde do Estado de Roraima, assinado em 11/09/12, no âmbito do Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, sob gestão do Ministério da Saúde, com o objetivo de construção do Centro Especializado em Reabilitação Nível IV. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** iniciou dando boas-vindas aos profissionais do serviço social presentes nas galerias, informando-lhes que o Deputado Joaquim Ruiz, Presidente da Comissão de Educação, prontificou-se a realizar uma audiência pública para discutir a efetivação da lei nº 940/13, que reconhece esses servidores. Prosseguindo, enalteceu o posicionamento da bancada de oposição por se negar a aprovar os seis seguranças e o subsídio de 70% do salário do chefe do Executivo para o ex-governador, benefícios que o Tribunal de Contas entendeu serem irregulares, suspendendo-os por ferirem o erário público. Em seguida, elogiou a forma como a Lei das Terras está sendo construída, com a participação de todos os interessados, por meio de audiências públicas, possibilitando discussões que permitem construir uma lei que será um marco para o desenvolvimento do Estado. Segundo o Senhor Parlamentar, o próprio Governo tem reconhecido e valorizado a importância desse processo. Após, ressaltou o importante papel da oposição quando denunciou que os recursos dos servidores públicos do Estado de Roraima, fruto de contribuição previdenciária, estavam sendo mal aplicados, causando grande prejuízo ao IPERR e, consequentemente, à aposentadoria dos servidores. Portanto, a oposição teria contribuído para as ações positivas decorrentes da denúncia,

como o afastamento do presidente daquela instituição, a criação da CONIVEST, entre outras. Lembrou, ainda, que a bancada de oposição procurou alertar, por diversas vezes, o Governo do Estado, contudo era ignorada com o estigma de que só queria torcer contra. No entanto, o Governador veio a esta Casa informar que a dívida do Estado está em torno de oitocentos milhões de reais, mostrando que a oposição estava com razão. Falou ainda da dificuldade que vai ser resolver essa crise e das consequências que isso pode trazer. Segundo o Senhor Deputado, esta Casa abriu mão do seu poder de fiscalizar, confiou no Governo, que hoje a está chamando a responsabilidade de gerenciar o problema, que já afeta diferentes setores da Administração pública estadual. Finalizou dizendo que, como a oposição, não é dona da verdade, está disposto a ajudar, desde que o Governo realize ações concretas para resolver a crise e não ações midiáticas e paliativas, orientadas por marqueteiros, visando à reeleição. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** informou, primeiramente, que fora designado pelo Presidente Chico Guerra para ouvir os servidores que se encontravam nas galerias da Casa reivindicando o cumprimento da Lei 940/13 e, por questão de democracia, solicitou ao líder da oposição que participasse de todos os debates. Após, instruiu os Assistentes Sociais e Psicólogos a procurar a Secretária da Comissão de Educação da Casa e marcar uma Audiência Pública, com a presença dos Secretários de Educação e de Administração, para, assim, abrir um canal de negociação junto ao Executivo. Informou que o Plano de Cargos e Salários da Educação já fora aprovado, mas, naquele momento, não houve nenhum documento que possibilitasse esse canal de negociação. Prosseguindo, solicitou ao setor competente que encaminhasse à Comissão de Educação cópia do Projeto de Lei (em tramitação na Casa), cujo autor é o Deputado Erci de Moraes. Ao continuar disse que, como parlamentar comprometido com o Estado, assume o compromisso, sem nenhuma demagogia, de tentar ajudar os servidores mencionados. Lembrou que a situação de seu filho, dependente químico, poderia ser diferente caso tivesse tido o acompanhamento de um Assistente Social e de um Psicólogo. Finalizou, dizendo que, caso o Deputado Sampaio se candidatasse a Senador da República, o apoiaria, pois sabe que o mesmo não compactua com as atitudes do partido - PC do B - que, na opinião do Parlamentar, só defende o PT. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para pauta da Ordem do Dia: discussão e votação da Mensagem de Veto parcial ao Projeto de Lei nº 081/13, que “propõe as comemorações em homenagem à Semana de Cultura Nordestina no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Ivo Som. Projeto de Lei nº 017/2014, que “institui a Semana de Promoção e Prevenção em Saúde do Trabalhador e o Dia Estadual em Memória às Vítimas de Acidentes e Agravos relacionados ao trabalho”, de autoria do Deputado Erci de Moraes. Em seguida, suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto emitissem parecer às matérias acima mencionadas. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que fizesse a leitura da Mensagem de Veto parcial ao Projeto de Lei nº 081/13. Colocado em discussão e votação, o veto foi mantido por três votos sim e onze votos não. Dando continuidade, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei nº 017/14. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado por unanimidade. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** parabenizou os servidores deste Poder, Fernando Éder e Abreu, pelo aniversário de ambos, externando votos de felicidade. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** agradeceu aos colegas Deputados por terem votado favoravelmente a projeto, dizendo acreditar ser uma manifestação desta Casa em favor do trabalhador. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 20 de maio, à hora regimental. Estavam presentes na Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Dhiago Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo**.

Aprovada em: 20/05/2014

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, convidou o Senhor Deputado **Marcelo Cabral** para atuar como Primeiro Secretário Ad hoc. Em seguida, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida

e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Ofício nº 04/14, de 15/05/14, do Deputado Jânio Xingu, encaminhando o Projeto de Lei Complementar que estabelece procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS. Projeto de Lei s/nº/14, de 14/05/14, do Deputado Mecias de Jesus, que dispõe sobre a realização de blitz no território Estadual e dá outras providências. Ofício nº 006/14, de 15/05/14, do Deputado Ionilson Sampaio, justificando ausência na sessão plenária do dia 14 e 15/05/14. Indicação s/nº/14, de 20/05/14, do Deputado Brito Bezerra, para Elaboração de Lei alterando a Lei complementar Estadual nº 26 de 23/12/92, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e preferencial às micro e pequenas empresas do Estado de Roraima. **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 030/14, de 15/05/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando à elevada apreciação o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015. **EXTERNOS:** Abaixo-Assinado s/nº/14, sem data, da Escola Maria Sonia de Brito Oliva, solicitando um ambiente climatizado em todas as salas de aula, bem como mesas e cadeiras dignas e um número de alunos razoável por metro quadrado, de forma que possam andar sem ter que desviar uns dos outros. Ofício nº 2195/14, de 28/04/14, do Presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, encaminhando Relatório Anual de Atividades. Carta s/nº/14, de 09/05/14, do Senhor Waldecir João Fontana, informando que não recebeu qualquer valor relativo ao programa denominado TFD e pedindo apoio desta Casa Legislativa no sentido de apurar tais fatos e tomar as providências necessárias para regularizar tal situação. Ofício Especial nº 04/14, de 03/05/14, encaminhando aos parlamentares os extratos das decisões proferidas neste CNMP, para fins de viabilizar o acompanhamento dos trabalhos realizados neste Colegiado. Ofício nº 163/14, de 19/05/14, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando equívoco no envio do Ofício Circular nº 002/14-DIPLET/TCERR a esta Casa Legislativa. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Brito Bezerra** reportou-se à indicação ao Governador do Estado para propor uma alteração à Lei Complementar Estadual nº 026/92, que “dispõe sobre o tratamento diferenciado e preferencial às micro e pequenas empresas do Estado de Roraima”. Justificou que essa alteração é para que a lei estadual contemple os avanços aprovados pela lei federal nº 4611/2011. Prosseguindo, falou que esses empreendimentos têm tratamento diferenciado desde a redemocratização do País, permitindo-os gerar emprego e renda, como as 26 mil micro e pequenas empresas e os 5 mil empreendedores individuais de Roraima, cadastrados no SEBRAE/RR. De acordo com o Senhor Parlamentar, nas compras públicas estaduais com valor de até 80 mil reais, somente as micro e pequenas empresas participariam do processo de licitação. Falou ainda sobre fiscalização orientadora, segundo a qual o pequeno empresário não poderia ser multado na primeira visita, mas orientado a se adequar à lei e, então, se não cumprir, ser punido conforme a legislação. Finalizou, pedindo colaboração dos colegas para aprovação dessa indicação, reforçando a importância do fortalecimento das empresas para a economia de Roraima. O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** homenageou os auxiliares, técnicos de enfermagem e enfermeiros pela comemoração da Semana Brasileira de Enfermagem, realizada do dia 12 a 20 de maio. De acordo com o Senhor Parlamentar, tal evento foi oficializado em 1960, quando o então Presidente Juscelino Kubitschek assinou o decreto nº 48.2002, enaltecendo o dia 12 de maio pelo nascimento de Florence Nightingale, precursora da enfermagem moderna no mundo e o dia 20 de maio pela morte de Ana Nery, representante maior da enfermagem brasileira. Finalizou, agradecendo, em seu nome e em nome da Mesa Diretora da Assembleia, a dedicação e o empenho desses profissionais de enfermagem, os quais, de acordo com dados que obteve, são mais de sete mil só em Roraima. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou manifestando satisfação em retornar à Casa, depois de 45 dias de afastamento para tratamento de saúde. Informou ter feito cirurgia para retirar um cisto na glândula pineal, o qual não estava causando nenhum dano à saúde, mas, futuramente, poderia, devido à localização. Finalizou, agradecendo a todos que se mostraram preocupados e rezaram por sua recuperação. O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** iniciou dando boas-vindas ao Senhor Deputado Flamarion Portela, desejando-lhe sucesso na recuperação. Em seguida, informou que, em menos de 50 dias, o Governador Chico Rodrigues tem demonstrado compromisso com este Estado, usando como exemplo a reunião com o governador do Amazonas, para discutir o projeto Ronda no Bairro, que, segundo o Senhor Parlamentar, será implantado em Roraima e ainda receberá a doação de duas mil carteiras para serem distribuídas nas escolas indígenas. De acordo com o Senhor Deputado, o governador conseguiu, a custo zero, a vinda de técnicos do Amazonas para orientar os técnicos da SEFAZ na implantação do programa de controle fiscal tributário. Prosseguindo, informou que o governador participou, na última quinta-feira de uma reunião para entrega das chaves de 250 casas no bairro

Lauro Moreira, oportunizando às famílias mais carentes melhores condições de vida. Anunciou que, até o final do ano, o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, irá entregar mais três mil casas do Programa Minha Casa Minha Vida. Além dessas, o Senhor Deputado ainda expôs outras ações que o Governo do Estado realizou ou está realizando, como a construção da ponte sobre o rio Cambaru e a entrega, nesta Casa, do Projeto da Lei das Terras, importante para a economia do Estado. Prosseguindo, informou a criação da comissão para analisar o projeto de implantação do curso de medicina na Universidade Estadual de Roraima. Finalizou, falando do interesse do governador em protocolar, também, nesta Casa, o Projeto de Zoneamento Econômico-Ecológico e a lei 215 revisada, favorecendo o povo de Roraima. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 019/14, que “Fixa o índice de revisão geral anual das remunerações, proventos e pensões dos servidores, ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima, conforme preceituado no Art. 37 da CF/88, para o exercício 2014, de autoria da Defensoria Pública; Requerimento nº 046/14, de 13/05/14, de autoria de vários Deputados, solicitando prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Interna, que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 001/12, que altera e acresce dispositivos normativos à Constituição do Estado de Roraima e Requerimento nº 047/14, 13/05/14, de autoria de vários Deputados, solicitando prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Interna que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 008/13, que altera e acresce dispositivos normativos à Constituição do Estado de Roraima. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões Conjuntas pudessem analisar e emitir Parecer ao Projeto Lei de nº 019/14. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 019/14, bem como do Parecer das Comissões Conjuntas. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado por 18 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Requerimento nº 046/14. Colocado em discussão e votação, sendo aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura de Requerimento nº 047/14. Colocado em discussão e votação, sendo aprovado. Após, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que o Governador do Estado, Chico Rodrigues, fizesse anúncio de proposições para serem analisadas por esta Casa. O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** iniciou afirmando que votou favoravelmente à PEC nº 03/14, porque o Presidente desta Casa se comprometeu em retirar da pauta a votação da Lei das Terras, para melhor análise. Disse não se arrepender do voto e estar satisfeito em ver a Lei das Terras sendo protocolada novamente, mas com alterações, feitas com a participação da sociedade. Em seguida, afirmou ser favorável à decisão do seu partido, PRB, de apoiar o Governador Chico Rodrigues, uma vez que este tem demonstrado compromisso em trabalhar para resolver os problemas do Estado, independente de cor partidária. De acordo com o Senhor Parlamentar, o Governador se comprometeu em visitar e resolver o problema da Casa dos Estudantes, que está funcionando às custas de venda de rifas pelos alunos. Finalizou, dizendo que cabe ao Poder Legislativo apresentar projetos que ajudem o Estado a sair do caos em que está para, só então, procurar e responsabilizar os culpados, pois a sociedade é quem tem sofrido as consequências dessa crise. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Jalser Renier** informou que alguns prazos de sabatinas das indicações do Senhor Governador já expiraram. Solicitou ao Deputado Joaquim Ruiz, Relator da Comissão que irá sabatinar o Presidente da CODESAIMA, que traga a matéria para Plenário, bem como a comissão que trata da sabatina do Presidente da FEMARH. Ressaltou que é função da Primeira Secretária cobrar que essas comissões se reúnam e definam essa questão com maior brevidade. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** convidou todos os Senhores Deputados para audiência a ser realizada no dia 22 do corrente, com a Reitora da Universidade Estadual e com o Secretário de Educação, no Plenarinho, para tratar de denúncias sobre o descumprimento da lei estadual que reconhece os diplomas de pós-graduação e mestrado realizados no exterior. Em seguida, informou que as prestações de contas bimestrais das Secretarias de Educação e Saúde não estão sendo encaminhadas para esta Casa, descumprindo o que determina a Constituição. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** informou ao Deputado Jalser Renier que a Comissão ainda não arguiu o Presidente da FEMARH devido à falta de quórum. Aproveitou a oportunidade e convidou os membros da Comissão para reunião após o término da Sessão, a fim de realizarem a arguição. O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** convidou os membros da Comissão Especial Interna criada pela Resolução nº 039/13 para reunião após a Sessão. O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** parabenizou o Governador do Estado por ter reenviado para esta Casa o Projeto que trata da Lei das Terras, e ao Presidente desta Casa por permitir que o Governador fizesse a apresentação

em Plenário. Continuando, informou que esta Casa se sente honrada com o trabalho que o Governo vem fazendo, de buscar o melhor para todos. O Senhor Presidente solicitou aos Líderes da oposição e da situação que definam os Deputados que comporão a Comissão Especial que analisará essa matéria. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 21 de maio, à hora regimental. Estavam presentes na Sessão os Senhores Deputados: **Angela Portella, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 21/05/2014

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e um de maio de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, convidou os Senhores Deputados **Gabriel Picanço** e **Marcelo Cabral** para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários *Ad hoc*, respectivamente. Em seguida, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Requerimento de Pedido de Informação nº 02/14 requerendo que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que preste, por escrito, as seguintes informações: Qual a quantidade e a relação dos nomes dos servidores exonerados por ato da administração da atual gestão do Poder Executivo; Qual a quantidade e relação dos contratos realizados por ato da administração da atual gestão do Poder Executivo, qual os critérios para a escolha das personalidades contratadas e se houve processo licitatório, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento de Pedido de Informação nº 03/14, requerendo que seja oficiada a Secretária de Estado da Educação e Desportos, para que preste, por escrito, informações sobre aquela Pasta. Requerimento de Pedido de Informação nº 04/14 requerendo que seja oficiado o Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que preste, por escrito, sobre aquela Pasta. Requerimento nº 048/14, de 20/05/14, da Comissão Especial Interna, criada por meio da Resolução nº 020/13 alterada pela resolução nº 051/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial. Indicação nº 035/14, de 20/05/14, do Deputado Francisco de Sales Guerra Neto, para a adoção do projeto de lei em anexo dando tratamento simplificado e diferenciado às micro empresas e as empresas de pequeno porte nas contratações realizadas no âmbito da administração pública direta e indireta do Estado de Roraima. Indicação s/ nº /14, de 20/05/2014, do Deputado Marcelo Cabral, para a construção de ponte sobre Rio Caroebe – vicinal 32 – município de São João da Baliza- Estado de Roraima. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 031/14, encaminhando para deliberação, o Projeto de Lei que visa aprovar o novo marco regulatório fundiário estabelecendo a nova Política Fundiária Rural do Estado de Roraima. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** iniciou em nome do ex-Prefeito Paulo Peixoto e do Senhor Chico Pacotão dando boas-vindas às pessoas presentes nas galerias. Em seguida, parabenizou a Deputada Aurelina Medeiros, como também os servidores Sílvia e Gaia Junior pelos respectivos aniversários. Prosseguindo, elogiou a atitude do Senhor Governador que, reconhecendo a importância do Poder Legislativo, veio a esta Casa entregar o Projeto da Lei das Terras, um dos mais importantes para o desenvolvimento de Roraima. Prosseguindo, informou que, ontem, o Governo do Estado fez o repasse integral do duodécimo a todos os poderes, o que não acontecia por cerca de um ano. afirmou que tal atitude demonstra respeito à sociedade e aos órgãos públicos, a quem o atraso da verba causa sérias dificuldades. Após, fez saber que o Senhor Governador criou uma agenda de atendimento aos Senhores Deputados, facilitando o diálogo destes com o Executivo edemonstrando respeito ao Parlamento. Em seguida, parabenizou o trabalho dos parlamentares federais do Estado pela aprovação, no Senado Federal, por unanimidade, da PEC 111, enaltecendo em especial o trabalho do Senador Romero Jucá, que tanto defendeu essa matéria. Finalizou parabenizando o Governador Chico Rodrigues, pedindo a Deus que o ilumine e lhe dê mais simplicidade do que já lhe é peculiar, demonstrando que se faz governo não só dentro de gabinete como também discutindo,

ouvindo e respeitando os órgãos públicos. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** iniciou dando boas-vindas a todos os presentes, em especial ao ex-prefeito Paulo Peixoto. Ao continuar, usou um ditado popular para se referir à realidade do Estado, que estaria mudando pra melhor. Prosseguindo, destacou a aprovação da PEC 111, elogiando o empenho dos parlamentares roraimenses que incansavelmente trabalharam para sua aprovação. Dando continuidade, elogiou a vinda do Senhor Governador Chico Rodrigues a esta Casa, reconhecendo que este Poder é o lugar onde se travam as grandes discussões de interesse do Estado de Roraima. Continuou destacando três ações apresentadas pelo Senhor Governador, de suma importância para o Estado, como a Lei das Terras, o Zoneamento Econômico Ecológico, que irão alavancar a economia do Estado, abrindo assim as portas para que o Estado de Roraima possa ter a oportunidade de exercitar sua vocação natural que é agricultura, pecuária e agronegócio, ressaltando que é da terra que irá sair a economia que proporcionará a moeda mestra para o desenvolvimento do Estado, bem como, a Lei 215, que foi criada para implementar o desenvolvimento do Estado, mas que necessita de uma correção para que se torne juntamente com as demais um conjunto de políticas públicas efetivas para que o Estado possa sair do sonho e adentrar na realidade. Lembrou as reivindicações dos Assistentes sociais, Psicólogos, entre outros e reforçou a importância da atuação desses profissionais, principalmente nas escolas, em função da realidade que se observa em relação a drogas, violência, etc., e pelos pais, de modo geral, que transferem a responsabilidade da educação dos filhos aos professores. Após, fez saber sobre a situação da escola Ana Libória, cuja gestora pediu ajuda deste Poder para que se busquem soluções dos problemas que a escola enfrenta. Para reforçar, deu conhecimento do teor do documento, evidenciando os problemas que vão de familiares a envolvimento com galeras. Prosseguindo, informou que entrará com requerimento nesta Casa, através da Comissão Permanente de Educação, para realização de Audiência Pública com o objetivo de buscar solucionar tais problemas. Finalizou dizendo que estará colhendo as assinaturas no decorrer da sessão, ao mesmo tempo em que sugeriu maior aprofundamento sobre a situação, pois tais fatos não ocorrem apenas nesta escola. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**, anunciou para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 024/14, que “Institui o programa de regionalização da merenda escolar-preme, no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/14 que “Aprova a indicação para ocupar o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima, nos termos do art. 33, inciso XVII da Constituição do Estado, o Senhor Marcelo Marcos Levy de Andrade”, de autoria da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 018/14; do Requerimento nº 048/14, de 20/05/14, da Comissão Especial Interna, criada por meio da Resolução nº 020/13 alterada pela resolução nº 051/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial; do Requerimento de Pedido de Informação nº 02/14 requerendo que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que preste, por escrito, as seguintes informações: Qual a quantidade e a relação dos nomes dos servidores exonerados por ato da administração da atual gestão do Poder Executivo; Qual a quantidade e relação dos contratos realizados por ato da administração da atual gestão do Poder Executivo qual os critérios para a escolha das personalidades contratadas e se houve processo licitatório, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento de Pedido de Informação nº 03/14, requerendo que seja oficiada a Secretária de Estado da Educação e Desportos, para que preste, por escrito, as seguintes informações: Quais as empresas terceirizadas e pessoas físicas que atualmente possuem contrato de execução de transporte escolar no Estado de Roraima; Qual o nome, CPF e naturalidade dos representantes legais das referidas empresas; Se existe alguma pendência financeira do Estado para com os locatários, qual a descrição da pendência e o valor; Quais destas personalidade contratadas estão fornecendo seus serviços periódicos e regularmente, quais reduziram ou suspenderam os serviços, quantos contratos foram firmados e suas secretárias nos últimos quatro anos, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento de Pedido de Informação nº 04/14 requerendo que seja oficiado o Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que preste, por escrito, as seguintes informações: Qual a quantidade de sementes, adubos e calcário adquiridos, bem como, a discriminação geral do valor pago por cada uma das três categorias de insumo, com a finalidade de subsidiar/fomentar a agricultura no Estado; Qual a data da aquisição de cada um dos insumos, o detalhamento e classificação da espécie, a discriminação do nome do fornecedor com o referido cadastro nacional de pessoa jurídica e custo da aquisição por tonelada, a discriminação do nome do responsável pelo transporte do insumo com o referido cadastro de pessoa na receita federal, o tipo do transporte empregado e o custo por execução do serviço;

Identificação dos benefícios das distribuições de sementes, adubos e calcário e data do recebimento, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento nº 049/14, considerando a importância do Projeto de Intervenção Escolar encaminhado pela escola estadual Ana Libéria manifestando preocupação com o aumento de doenças crônicas emocionais em jovens e a necessidade de alertá-los sobre o fato, requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Educação, para debater sobre o tema com a sociedade e o poder público, de autoria do Deputado Erci de Moraes. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões Conjuntas pudessem analisar e emitir Parecer aos referidos Projetos de Lei. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura da Resolução que “Cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao projeto de lei nº 028/14, que dispõe sobre a política fundiária rural e a regularização fundiária rural do Estado de Roraima. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à leitura do Requerimento nº 02/14. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Após, o Senhor Presidente solicitou à leitura do Requerimento nº 03/14. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Continuando, o Senhor Presidente solicitou à leitura do Requerimento nº 04/14. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Dando continuidade à Ordem do Dia o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 049/14. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Continuando, o Senhor Presidente solicitou à leitura do Projeto de Lei nº 024/14. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/14. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** convidou os Parlamentares a participarem da reunião da Comissão de Educação próximo dia 22, às 11 horas com a participação da Reitora da Universidade Estadual de Roraima, membros do Ministério Público, o Procurador Geral do Estado e a Secretária de Educação a fim de discutirem as razões do não cumprimento da lei, aprovada por esta Casa, quanto à validação dos diplomas de Pós-graduação, Mestrado e Doutorado realizados nos países que fazem parte do MERCOSUL, como também, Espanha e Portugal. O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** ressaltou a importância da participação dos Parlamentares na reunião da Comissão de Educação, uma vez que não é admissível que uma Secretária adjunta não cumpra uma lei que foi aprovada nesta Casa. Finalizou parabenizando a servidora Sílvia, bem como, a Deputada Aurelina Medeiros pela passagem dos seus aniversários e os demais servidores que também estiverem aniversariando. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 22 de maio, à hora regimental. Estavam presentes na Sessão os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Satauel, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**
 Aprovada em: 22/05/2014

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2303ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 2014.
 47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA CORONEL CHAGAS
 (Em exercício)

Às nove horas do dia trinta de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trecentésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido o Senhor Deputado Naldo da Loteria para atuar como Segundo Secretário Ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior, não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina de Medeiros, para implantação do ramal da Vicinal 01 - Confiança III – Município de Cantá.

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina Medeiros, para recuperação ou construção das pontes relacionadas, localizadas no município de Iracema.

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina Medeiros, para construção de uma ponte de madeira sobre o igarapé do Sabino – vicinal 01 – confiança III – Município do Cantá.

Indicação s/nº, de 24/04/14, da Deputada Aurelina Medeiros, para instalação de um transformador para atender sete famílias de agricultores do final da vicinal 09, confiança III – Município de Cantá.

Requerimento s/nº /14, de 24/04/14, da Comissão Especial, criada através da Resolução nº 007/14, requerendo prorrogação de prazo por igual período.

Memorando nº 014/14, de 24/04/14, da Deputada Ângela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24/04/14.

Ofício nº 009/14, de 24/04/14, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24/04/14.

Indicação s/nº /14, de 24/04/14, do Deputado Brito Bezerra, para criação da Secretaria de Turismo do Estado de Roraima.

EXTERNOS:

Ofício Circular nº 002/14, de 24/04/14, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração, encaminhando cópia do decreto nº 16.967-E, que altera dispositivo do decreto nº 16.959-E.

Ofício Circular nº 004/14, de 28/04/14, do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Roraima, informando a composição do CEDCAR.

Ofício nº 009/14, de 22/04/14, da Administradora de Ativos S/A – BANER, encaminhando Relatório Geral de Atividades, referente ao período integral de 19/01/12 a 21/04/14, estando contido, naturalmente, o 9º trimestre (período entre 22/01/14 a 21/04/14).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Antes de entrarmos no Grande Expediente, quero informar aos Senhores Deputados que temos matéria para a Ordem do Dia e, portanto, solicito aos companheiros que permaneçam em Plenário, pois logo após o Grande Expediente daremos início à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – (Procedida à Chamada).

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, plateia aqui presente, bom dia. Venho mais uma vez a esta Tribuna com um discurso que já fiz outro dia, mas acho relevante repeti-lo por entender que é um assunto muito importante para a população, principalmente para as pessoas que moram no campo. Estou me referindo ao programa “Luz para Todos”, um programa do Governo Federal instituído em 2003, com o objetivo claro de universalizar a energia a mais de dez milhões de famílias do Estado de Roraima e demais Estados da federação. O Governo, naquele momento, tinha por meta aplicar mais de vinte bilhões de reais para levar o “Luz Para Todos”. Desses vinte bilhões de reais, algo em torno de cinco bilhões seria de contrapartida para os Estados, e em Roraima não foi diferente. Sabemos das dificuldades que temos com relação à energia no Estado por não fazermos parte do sistema interligado. Nossa energia vem da Venezuela e a qualidade não é boa, temos que reconhecer, e ainda precisamos levar a interiorização da energia para nossos Municípios. Mas, naquele momento, o Estado aderiu a essa parceria com o Governo Federal, fez-se o primeiro contrato e o Governo não cumpriu. O Estado teve que devolver recursos, teve que pagar multa e foi feito outro contrato de sessenta e quatro milhões para atender as quase onze mil famílias em Boa Vista com energia da Eletronorte na capital e da CERR nos demais Municípios do Estado. E, esse contrato tinha uma contrapartida, se não me engano a União entraria com cinquenta e nove milhões e o Estado com cinco milhões, com prazo determinado para

começar e encerrar em 2010. Mas, infelizmente em 2010 não se encerrou, não se cumpriu o que estava no contrato. Esse prazo já foi prorrogado por quatro vezes e o último prazo é agora, em 2014, para levar a energia aos últimos Municípios. Esse contrato prevê que a Eletronorte Distribuidora atenderia 2122 famílias e a CERR atenderia 9286 famílias, cujo total do contrato seria de 11408 famílias atendidas pelo projeto “Luz para Todos”. A Eletronorte distribuidora atendeu quase cem por cento da zona rural de Boa Vista. Estive recentemente na Eletronorte Distribuidora e temos algo em torno de menos de quinhentas famílias no interior de Boa Vista que ainda estão sem energia, mas, a Eletronorte já garantiu que vai levar essa energia com recursos próprios para essas pessoas, ou seja, a empresa vai cumprir a sua parte. A CERR prorrogou seu contrato por quatro anos e ainda não cumpriu o contrato previsto para atender as nove mil famílias, pois faltam menos mil famílias para finalizar o contrato. Só que esta não é a questão, apesar de que, pela falta de habilidade e competência da CERR, pode-se dizer que ela prejudicou literalmente o homem do campo no interior do nosso Estado, porque se ela tivesse realizado o contrato como estava previsto para 2010, ou no máximo prorrogado para 2011, se tivesse contemplado as nove mil famílias, com certeza teria feito um novo contrato e conseguiria atender às famílias que não foram contempladas no primeiro contrato. A CERR não fez sua parte, levou quatro anos para executar o contrato e isso significa o quê? Que os demais Estados da Federação, onde os Governos do Estado e companhias fizeram de maneira competente seu papel, levaram energia às pessoas que moram no campo. E, nesse momento, o Governo Federal encerra o programa “Luz para Todos” em 2014. E aí onde está a nossa grande preocupação, pois o Governo Federal já anunciou que não dará continuidade ao Programa “Luz para Todos” no Brasil.

Os Estados que tiveram as condições de fazer um, dois, três, quatro, cinco contratos até atender às suas demandas, estão de parabéns. Aqueles que não conseguiram aqui do norte são poucos, Roraima e Amazonas. E o que diz o Governo Federal: “nos colocamos à disposição, emitimos o dinheiro, queríamos levar energia para vocês. Agora, encerrou o “Luz para Todos” e daqui para frente é por conta de vocês. E aí quero trazer essa discussão, Deputado Gabriel, porque estivemos lá recentemente com o Presidente da CERR, para saber como ficam as mais de 10 mil famílias que foram cadastradas para serem atendidas pela terceira etapa do “Luz para Todos”, haja vista que o programa encerrou, e o Governo Federal disse: “Não, agora é por conta das distribuidoras estaduais”. Nós sabemos a real situação financeira da CERR, pois mesmo com o processo de federalização, o Governo do Estado teve que alocar, pegar dinheiro emprestado para sanar as dívidas da Companhia, para poder federalizá-la, mas esse dinheiro que foi pego, Senhores Deputados, não é para levar energia ao homem do campo, é para fazer as redes principais, as chamadas redes mestres que fazem a distribuição. Teremos que ter recursos dentro do Governo do Estado, ou através de emenda parlamentar, para levar essa energia a essas pessoas. E sabemos a real situação financeira da CERR, que não terá esse recurso Deputada Aurelina, algo em torno de 110 milhões para atender num primeiro momento essas mais de 10 mil famílias que estão cadastradas. Se nós fizermos um novo cadastro, vamos identificar no mínimo 5 mil famílias que estão sem energia. E o que fazer? Essa é a nossa preocupação, independente de apontar o dedo para quem deixou de fazer, para quem é culpado. Então, quero que os Senhores tenham essa clareza da minha fala no dia de hoje, para que façamos um esforço político, independente de situação ou oposição, de quem fez, quem deixou de fazer, de quem é o culpado, para que essas pessoas possam ter energia o quanto antes nas suas casas, afinal, energia é cidadania, dignidade, qualidade de vida. E, pelo pouco que sabemos aqui da real situação financeira da CERR, e da situação econômica do Estado, há uma compreensão de todos nós aqui que o Governo do Estado não terá recursos para levar energia a essas pessoas.

Temos que, de alguma forma, buscar esse recurso junto ao Governo Federal e, é nesse sentido que eu quero propor que façamos uma audiência pública, Deputada Aurelina. Eu tenho um requerimento aprovado desde o dia 08 de agosto de 2011, de minha autoria e dos Deputados Brito Bezerra e Dhiego Coelho, solicitando uma audiência pública para discutirmos o “Luz para Todos”, mas até a presente data não foi feita essa audiência, ou uma outra forma de mobilizarmos a classe política como um todo, para pressionar o Governo Federal a abrir uma exceção e dar continuidade ao programa “Luz para Todos”, nem que seja só em Roraima.

Já encaminhei esse documento à Senadora Ângela, estarei encaminhando aos Senadores Romero Jucá, Mozarildo, a todos os Deputados Federais e ao governo do Estado que já tem ciência também, ou seja, ao Governador Chico Rodrigues, para que façamos um grande esforço político junto ao Governo Federal, ao Ministério de Minas e Energia, visando convencer o Governo Federal a dar continuidade ao

programa “Luz para Todos” em Roraima. Não quero entrar no mérito da questão, mas é claro que não possa ser colocado para debaixo do tapete quem foi competente e quem não foi. Inclusive, a CERR terá oportunidade de explicar, porque uma das questões que atrasou, para fazer justiça, a execução dessa segunda etapa, Deputado Erci, foi a própria CERR não ter feito a avaliação correta, o orçamento correto para execução. Por exemplo, a Eletronorte distribuidora cobrou 9 mil reais para levar energia, por cada ponto, ao município de Boa Vista. Esse era o custo que pagava para a empresa para executar a obra. A CERR cobrou seis mil reais e colocou 2.9 por família. A princípio seria um transformador de 5 kw para duas famílias, mas sabemos que dessa forma não tem condições em virtude do espaço que existe entre um lote e outro, ou seja, vários erros técnicos primários foram cometidos quando colocaram o programa “Luz para Todos” na CERR, e daí o atraso na execução da obra, haja vista que entra empresa, sai empresa, a empresa pegava o serviço, não dava conta, rescindia o contrato, a outra empresa fazia o serviço de péssima qualidade, ou seja, tudo isso fez com que esse contrato fosse prorrogado por 4 anos, porque não atendeu as 09 mil famílias conforme o previsto, mas vai atender, há previsão para que sejam atendidas este ano. No entanto, nesses 4 anos poderíamos ter feito dois ou três contratos e ter universalizado a energia para todo interior do do Estado.

E, eu quero chamar mais uma vez a atenção desta Casa, que não pode ser omissa, a discussão, para que façamos um esforço político, possamos chamar toda a Bancada Federal, os Senadores, o Ministério de Minas Energia, a CERR, o Governo do Estado, a oposição, a situação, para fazermos um grande esforço no sentido de atendermos a todos, nem que o programa continue só em Roraima. Essa é nossa intenção.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado Sampaio: quero só complementar essas informações, pois é a minha preocupação também. A partir do ano passado o Estado deixou de ter empresa de energia e até junho pode se consolidar a federalização da CERR, de forma que nós vamos ter a CER nos mesmos moldes da ELETRONORTE, onde é difícil de você entrar para falar com o gerente. Mas tem outro lado, a ELETRONORTE cobra energia de todo mundo, é a prima rica, de repente pode ter recursos na nova que vão ser incorporados à CERR para executar o orçamento, as dificuldades de geração de energia na Região Norte. Não foi só Roraima que não universalizou a energia para todos os moradores, o Estado do Amazonas também, pelo problema de geração de energia que tem nessa região. Estamos aí com Monte Belo que vai para outros Estados, Tucuruí, para ver se a gente consegue ter geração de energia na Região Norte. O programa “Luz para Todos” foi instinto pelo Governo Federal, porque ele já alcançou os objetivos no Sul, Sudeste e Nordeste não tem mais muita importância para o Governo Federal. Mas, estão extinguindo o programa sem completar a energia. A universalização no Estado de Roraima, o sistema de liberação de recursos. Como Vossa Excelência falou, nós tínhamos 10 mil pessoas para atender com o Programa “Luz para Todos”, mas foram atendidas 9 mil e pouco, e ainda tem mais para completar os 10 mil. Só que o Governo Federal, como fez com o programa saúde da família, com os programas federais, sempre é assim, cria o programa, mas não quer saber se tem dinheiro no Estado. Os recursos vêm para os Estados de forma a complementar, e com o sistema de operação “Luz para Todos” é assim, a cada ano, a cada semestre é liberado um pedaço de dinheiro, por exemplo, vão levantar o poste e colocar o fio, aí se tiver o poste e o fio, o transformador é liberado. Então, a liberação de recursos do Governo Federal, além de ser feita em etapas, repassa valores diferentes, enquanto é 9 mil para alguns Estados, para cá, vem seis e o Estado complementa o resto. Essa última etapa para contemplar essas famílias que ainda não foram beneficiadas, não sei como eles chamam, já têm o poste, o fio passando e só falta o transformador. Todavia, isso só será liberado pelo Governo Federal depois que eles tiverem a boa vontade de vir a Roraima fiscalizar e ver se está tudo bem. E a preocupação que temos assim como Vossa Excelência também, é que a nossa energia hoje está passando toda para a responsabilidade do Governo Federal. Os empréstimos que a gente concedeu aqui foram para prover as redes de energias em 69 KVA que o Estado não tinha para Rorainópolis, Bonfim e outros municípios, e 210 KVA para atender Baliza e Caroebe. Então, fechando a federalização que está terminando de ocorrer, isso fica sob responsabilidade do Governo Federal, até porque, mesmo sem completar a universalização na região norte, o programa foi extinto em nível federal, o que ultrapassa nossa competência. Os nossos Deputados Federais, Senadores têm que buscar uma solução, porque agora não é o Estado, é o Governo Federal. Ontem, lembrei o que o Ottomar dizia para Lula quando queria federalizar a CERR quando se criou o Estado e a ELETROBRAS levou todo o parque de geração de energia que o Estado tinha, e Ottomar dizia que ele levou uma porca gorda e deixou o rabo da

porca aqui pra gente, que é a energia indígena, energia social, energia do colono, que passou a custar muito para o Estado. Somente hoje o governo federal vem saber quanto custa colocar luz na comunidade indígena, já que essas comunidades são tuteladas pelo Governo Federal. Então, se cria algumas dificuldades. No Estado a luta não é de agora para que ocorra a federalização, para que o Governo Federal possa levar, por exemplo, energia às comunidades indígenas. Antigamente o colono não tinha como pagar a energia e sequer o Governo Federal fornecia o óleo diesel, só se o Estado pagasse, e isso não entrava no programa “Luz para Todos”, era custo social para o Estado que fazia até onde podia. Mas agora isso vai ficar sob a responsabilidade da CERR federalizada. Obrigada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. - Deputada Aurelina, eu só queria concordar com Vossa Excelência no quesito que diz que os Governos Federais, esse que está aí, o qual o meu partido apóia e eu apoio, assim como os Governos que passaram, tratam diferente o Sul do Norte. Não há o que discutir, e isso não é só um sentimento nortista, é na prática que nós constatamos isso. Agora, nós responsabilizarmos o Governo Federal pelo fato do programa “Luz para Todos” não ter chegado ao Estado de Roraima, nós não estamos sendo honestos para com o Governo Federal. O que houve foi falta de gestão à frente da CERR, no Estado de Roraima. O primeiro item que eu coloquei aqui é que a ELETRONORTE, Distribuidora do Município de Boa Vista orçou cada ponto de energia em torno de nove mil reais, custo para levar energia à área rural de Boa Vista. A CERR colocou no seu projeto seis mil, três mil a menos, e no que isso resultou? As empresas que ganharam a licitação no interior do Estado não tinham como executar a obra e começaram a prestar serviços de péssima qualidade! Recordo-me que fomos ao Tatajuba, Vossa Excelência, o Deputado Diego e eu, averiguar denúncias de que o serviço do “Luz para Todos” estava sendo colocado em postes de madeira ou abaixo da qualidade prevista. O Ministério de Minas e Energia ia lá e cortava a empresa, rescindia o contrato e por isso foi prorrogando durante 4 anos. Essa é a realidade. Isso fez com que nesses 4 anos em que nós poderíamos ter feito dois ou três contratos, ainda estarmos capengando para terminar o primeiro contrato. E, nesse processo, nós temos mais de 10 mil famílias cadastradas, e se fizermos um novo cadastramento chegarmos em torno de 18 mil famílias que ainda não têm energia em suas residências. Então, nós esperamos que a CERR, mesmo federalizada, que hoje tem que fazer política... É claro que tem que respeitar a questão da energia social, as comunidades e as pessoas de baixa renda, mas, mesmo federalizada... E vai fazer isso, ela vai ter que cobrar energia, coisa que a CERR não fez, não só nas comunidades indígenas, mas também nas vilas... Temos vila hoje com 100, 200 moradores e se pedirmos para fazer um chá para tratar alguém, essa pessoa vai morrer, pois não tem, por que a CERR nunca se preocupou com isso! Nunca teve uma política responsável de cobrar energia, pois lá nós temos comerciantes, fazendeiros e empresários usando energia a custo quase zero. Então, eu não estou aqui para... Até porque eu tenho claro isso, nós sabemos quem foi o responsável! E chegou a um ponto que nós tivemos que entregar a CERR a preço de banana, pois tivemos que pegar dinheiro emprestado para federalizar a companhia, porque a gestão passada não conseguiu fazer o seu papel de transformar a CERR em auto-suficiente. Mas essa não é discussão. Não quero achar culpados. Pelo que eu conheço, pelo compromisso que tem o Presidente da CERR em transformar a companhia em uma empresa auto-suficiente, ela não terá recursos em curto prazo para levar energia para essas pessoas. Daí o meu chamamento no sentido de mobilizarmos a classe política para fazermos uma audiência o quanto antes nesta Casa, chamarmos a Bancada Federal e Estadual e trabalharmos junto ao Governo Federal para alocar esse recurso para CERR, agora federalizada, colocando o orçamento correto de cada ponto de energia para começar e terminar, para levar energia a mais de 10 mil famílias que querem energia como direito à cidadania, à dignidade, à qualidade de vida. Então, essa é a minha preocupação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado, parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência e quero me somar a esse pronunciamento dizendo o seguinte: a energia hoje é um direito fundamental do cidadão, é questão de qualidade de vida, é essencial para que a pessoa tenha o mínimo de qualidade de vida possível. O Governo Federal, com o “Luz para Todos”, buscou atender todo o cidadão brasileiro, seja na área urbana, ou rural. Veja Vossa Excelência que lá nos Estados do Nordeste, onde o Estado de Pernambuco foi o primeiro a ser contemplado com o “Luz para Todos”, 98% da população do Estado tem energia em suas casas. Outros Estados do Nordeste também universalizaram o programa, mas em Roraima não, não de certo. Os Estados do Nordeste que eram considerados estados que ofereciam a pior qualidade de vida para o seu povo, estados considerados da fome,

da miséria, do subdesenvolvimento, conseguiram, através de uma gestão pública competente, administrar os recursos públicos e trazer qualidade de vida para o seu povo. Mas, o Estado de Roraima não consegue. Tudo aqui é mais difícil, é problemático, devido a distância, e o povo não ajuda, mas a incompetência da gestão pública, isso aí é claro, o povo deve saber disso e não merece esse esquecimento rápido que todos falam que a população tem, ou seja, deve ficar claro para o povo que foi falta de gestão. A contrapartida do Estado é de apenas 10%. Se o Governo Federal colocar um milhão, o Governo do Estado só tem que colocar cem, porque é necessário haver contrapartida e o Governo tem sim esse recurso. O fato de recursos serem desviados, serem mal empregados é porque não tem uma contrapartida de 10% para atender a necessidade do cidadão que está lá no campo, que precisa do “Luz para Todos”. Também esteve a ELETROBRÁS priorizando alguns setores do nosso Estado na reunião do Comitê Gestor. Alguns foram atendidos, outros não. A CERR esqueceu, inclusive, de anotar nomes de pessoas que moravam naquelas vicinias, ou seja, houve falta de gestão, e isso foi reconhecido pela Ex-Presidente, a Senhora Conceição Escobar, e foi um erro lá da CERR dizer que o Estado iria fazer. Comprometeu-se que faria e até hoje não fez, pois saiu o Governador e até hoje essas pessoas estão lá sem energia por falta de assistência da CERR e devido a um erro administrativo. Agora, quero dizer para Vossa Excelência que o que precisa mesmo é de competência, é de gestão e de probidade para que esses recursos cheguem realmente ao homem da cidade e para que o “Luz para Todos” seja universalizado também em Roraima. Parabéns a Vossa Excelência e vamos aqui, a Assembleia Legislativa, trabalhar para cobrar com muita eficiência da CERR, federalizada, para que isso possa acontecer. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado Deputado. Eu lhe parabeno por também trazer à Tribuna esse problema que é sério no Estado. Mas, como o Deputado Brito e Vossa Excelência já se pronunciaram, eu também digo que é falta de gestão. Quero dar apenas dois exemplos para o Senhor de como é falta de gestão. Esta rede de Caracará até o km 500 dá 13.8. Ela foi construída com gestão do Governo do Estado. Logo após o término dessa rede, construíram a rede 69 que é de maior potência energética, sobrepondo a 13.8 gerenciada pelo Governo do Estado. A Secretaria de Obras e a CERR são os culpados, porque eram os fiscalizadores. Infelizmente, está uma rede danificada, sem uso e o dinheiro foi embora, desapareceu e os culpados não punidos. É sim falta de gestão. Outro ponto é que o Presidente da CERR nos falou que nas comunidades indígenas eles recebem o dinheiro do Governo Federal em benefício desse programa “Luz para Todos”, para até quem gasta determinada quantidade de quilowatts, mas a CERR não está recebendo, porque não tinha cadastro, ninguém tinha medidor em casa. Então, a energia está sendo custeada pela CERR indevidamente, porque o Governo Federal não pode ressarcir por não ter o quantitativo da quantidade de quilowatts que eles gastaram. Portanto, foi ingerência da CERR. Deputado, o Presidente da Companhia também nos falou para vermos o tamanho da falta de compromisso, que a CERR arrecadava 350 mil reais por mês. Hoje arrecada em torno de dois milhões. Os maiores caloteiros da CERR são do setor público, ou seja, o Estado e os municípios são os maiores caloteiros. Se eu fosse Presidente da CERR cortava a energia de todos, porque gestão é para homens e mulheres com responsabilidade. Brincar de ser Governador, Prefeito, Presidente não é gestão, e depois vemos o resultado, como o convênio do “Luz para Todos” que termina este ano e vamos ficar com a metade do nosso povo do interior sem ter energia, porque o convênio foi mal elaborado, mal orçado e mal gerenciado. Infelizmente, é essa a nossa situação. A verdade sobre isso dói quando a gente fala, pois somos criticados. Esse é o nosso futuro, é o futuro dos nossos filhos, é a produção do campo que vem abastecer a cidade. Então, é por isso que estamos pedindo à Deputada Aurelina, ao Deputado Zé Reinaldo como Líder do Governo para nos empenharmos juntos ao Governo Federal, para que, pelo menos, prorroguem o prazo do “Luz para Todos”, porque senão, a CERR vai ficar sem condições de fazer, porque não tem orçamento. O Governo do Estado também não tem essas fortunas, uma vez que o Governo Federal, que é nosso pai financeiramente, vai ficar inviabilizado de mandar recursos, só através de emendas parlamentares, o que ficaria muito mais difícil. Então, parabéns Deputado pela sua fala. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Obrigado, Deputado. Acredito que a sua preocupação é salutar, é a preocupação de todos nós. Este Poder está vendo que o seu povo sofre e pode de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, ir ao encontro daquilo que possa resolver, conjuntamente. Neste momento, a Assembleia não se divide, ela se une. Logicamente que nós precisamos pontuar algumas situações relativas à questão da energia. Eu respeito o que foi dito pelo Deputado Brito no sentido da universalização. Ocorre

que no Nordeste brasileiro as coisas estão muito mais avançadas do que aqui. Nós pegamos tudo no início. O Estado de Roraima tem apenas 26 anos de idade, é um Estado ainda jovem. Concordo quando o Deputado Gabriel diz que nós temos que nos unir nessa busca de chamar os Deputados Federais; os Senadores. Agora, a caixa de ressonância é esta Casa aqui, é o que Vossa Excelência está fazendo. A chegada do Governo Federal tem uns pontos positivos e nós não podemos também virar as costas para esses pontos. Quais são? Hoje a dívida do Amapá chega a quase dois bilhões. O Amapá está buscando a sua independência. Se nós aqui do Estado de Roraima não federalizarmos a CERR agora, daqui a alguns dias não terá condições de o Estado assumir a dívida do tamanho que ela estará. Por muito tempo nós ficamos aguentando essa situação, pagando energia de todas as formas. O Deputado Gabriel disse que o responsável maior é o Estado e os municípios, que se criou essa cultura. Mas na época não era uma cultura que o Governo queria permitir. Era o Governo que não tinha condições de chegar à casa do cidadão e dizer para arrancar fio, arrancar tudo, por causa do processo que está se alastrando por muito tempo. Qual foi o outro ponto fundamental? Nós arrumamos 26 milhões; 25 milhões na época, que era o dinheiro da CAF (Comissão Andina de Fomento), para fazer a energização de nosso Estado. E o que ocorreu? Ocorreu o problema de desvios de recursos; roubos de fios, quebra de postes, empresas que deviam fazer postes de dois metros, fazendo de um metro e meio. Parece até que quem ia estar lá trocando lâmpada seria eu, pelo tamanho dos postes que estavam sendo feitos. Então, muitas coisas ocorreram para que se chegasse a essa sua preocupação. Nós não podemos dizer que foi culpa do Governo em função disso, porque outros Governos colaboraram para essa situação que se alastrou e que nos traz à preocupação. O Luiz Henrique chega hoje aí com uma gestão nova. Ele está reestruturando o quadro, está diminuindo o quadro de pessoal. E aí, entra aquela questão de dizer que a CER era um cabide de emprego. Como ela está hoje sob a direção do Governo Federal, eles devem colocá-la no ritmo para poder não fazer aquilo que o Estado fazia muito, mais do que uma prestação de serviço, um trabalho social. Aí era que o Estado dava “Luz para Todos”. E Vossa Excelência está sabendo agora que com a nova gestão pode acontecer de pessoas serem prejudicadas. Eu não tenho dúvidas de que todos nós temos que nos unir. Podem contar comigo nessa caminhada de busca dos Deputados Federais; dos Senadores; junto ao Governo para pedir aquilo que seja feito necessariamente para poder dar a segurança para o povo de nosso Estado, na certeza de que eles não serão prejudicados. Eu associo meu sentimento a Vossa Excelência

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Zé Reinaldo. Para concluir Deputado Chagas, quero agradecer o aparte de cada um, em especial o aparte do Deputado Gabriel Picanço que foi muito feliz quando disse que a taxa de energia social tem que ser absorvida pelo Governo Federal. O problema é que a CERR nem isso fez, de medir o que ela gastava com a energia social, para repassar para a União, para ser ressarcido. Ela criou, de maneira informal, um programa de energia social para as comunidades indígenas para o interior do Estado. Sem falar, Deputado Brito, que ela foi feliz quando colocou a verdadeira falta de cumprimento de pagamento por parte do Poder Público, inclusive do Governo do Estado.

Mas, não estamos aqui para apontar culpados. O momento é outro. E aí, Senhor Presidente, a proposição é a seguinte: quero pedir a permissão do Deputado Brito Bezerra e do líder da situação, Deputado Zé Reinaldo. Nós temos um Requerimento aprovado nesta Casa em 2011 e precisamos validar esse Requerimento em relação a uma audiência pública. E eu já queria sugerir, com o aval do líder, para o dia 14 de maio, para que possamos fazer essa Audiência Pública, convocando os coordenadores do “Luz para Todos”, a CERR, toda a Bancada Federal e as pessoas interessadas, para fazermos um grande movimento no Estado de Roraima junto ao Governo Federal, no sentido de prorrogarmos o “Luz para Todos”, mesmo acreditando a atual gestão da CERR que eles não conseguirão colocar a Companhia nos trilhos para ter esse grande volume de recursos nos próximos dois anos, para investirem com recursos próprios. Esse é o nosso pedido e gostaríamos que a Mesa jogasse para o plenário, para que fizéssemos essa audiência com o aval dos dois líderes, já que se manifestaram claramente pela proposição. O dia 14 de maio é uma quinta-feira e com certeza a Bancada Federal poderá se deslocar para Roraima, ou mandar seus representantes para discutirmos, de forma salutar, pensando no homem do campo e no Estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, colaboradores da Casa, imprensa, Senhoras e Senhores presentes, bom dia. Senhor Presidente, venho à tribuna hoje para falar sobre uma indicação. Na realidade é a segunda indicação no mesmo sentido que

eu faço. Fiz uma indicação no Governo anterior, pelo qual ela não foi bem recepcionada. E como é um novo governo, um governo para todos, nós estamos novamente fazendo uma indicação para que todos sejam realmente contemplados neste novo Governo.

A minha indicação, Senhor Presidente, diz respeito à criação da Secretaria de Turismo do Estado de Roraima. Vejam bem. Primeiro: é o único estado da federação brasileira que não tem uma secretaria de turismo. Eu sei das limitações do Governo. Eu sei que o Governo extinguiu agora cinco secretarias extraordinárias. É louvável a atitude do Governo, mas essas cinco secretarias não contemplavam a sociedade. Eram cinco secretarias que apenas serviam de cabides de emprego. E o novo Governo extinguiu. Parabéns!

Mas a criação da Secretaria de Turismo é necessária. Que seja uma secretaria extraordinária. Que possamos fazer uma análise após um ano de sua criação para ver se essa secretaria, através de um secretário dinâmico, que conheça de turismo, possa alocar recursos e trabalhar para que o turismo em nosso Estado aconteça. O Estado de Roraima é um dos Estados brasileiros que mais possuem potencialidades turísticas. O que nós precisamos é transformar essas potencialidades em produtos e aí comercializá-los. E quais são esses produtos. Ora, vejamos bem, nós precisamos divulgar as corredeiras do Bem-Querem em nível nacional e internacional. Nós precisamos divulgar o Tepequém, o Caracaranã, as cachoeiras de Campos Novos, o Parque Anauá, ponto de encontro do cidadão boa-vistense.

Eu estive, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há um ano atrás, em Brasília e fui visitar a Secretaria Nacional de Turismo. Onde não fui atendido pelo secretário. Uma secretária me atendeu e disse: Deputado, aqui, para falar de projetos turísticos de potencialidades, nós precisamos de um secretário de Estado e dos Deputados Federais para que possamos tratar de alocação de emendas. Infelizmente, os Deputados Estaduais não têm essa atribuição. Mas em respeito à sua preocupação, o presidente da EMBRATUR pediu para que você fosse atendido. E a EMBRATUR tem a incumbência de divulgar todos os atrativos turísticos do Brasil, no mundo. Não é nenhuma divulgação em nível nacional. Caro amigo Felix, obrigado por estar aqui nesta Casa. Felix é Presidente da AMPEC (Associação dos Micro e Pequenos Empresários) de nosso Estado, onde têm vários micro e pequenos empresários que trabalham com turismo. E a Caixa Econômica está liberando um bilhão de reais para micro e pequenos empresários, inclusive aqueles que trabalham com turismo. Aprovei aqui nesta Casa, em 2011, um projeto regulamentando a prática de turismo de aventura no Estado de Roraima. Ele foi aprovado aqui e sancionado pelo Governo. É um avanço, mas só existe um departamento que é ligado à SEPLAN; é o DETUR (Departamento de Turismo) que trabalha o turismo em nosso Estado. Esse departamento de turismo não tem legitimidade para chegar a Brasília para ir até o Ministério do Turismo, até a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) para alocar recursos, procurar Deputados Federais. Enfim, nós precisamos de um órgão em nível de Estado, como um secretário de Estado para trabalhar o turismo em nosso Estado. Vejam bem, através da cultura e do turismo, a Prefeitura Municipal conseguiu agora recursos para mandar quadrilhas para Nova Iorque, visando difundir uma cultura de nosso Estado. Na realidade, é uma cultura herdada do nordestino, que veio para Roraima e que já é um Estado mesclado. E se o Estado tiver uma Secretaria de Turismo, nós poderemos ampliar em nível de Estado, desenvolver as atividades turísticas de nosso Estado, alocar recursos e ter o que chamam de empresas sem chaminé, que é o turismo. Só atraí recursos. Nós estivemos inclusive no município de Vossa Excelência, onde há um rio que foi considerado pela revista Fórum, o melhor rio para prática de pesca esportiva do mundo. Já atraí milhares de turistas para visitar aquela região. E se difundido o seu potencial e divulgado em nível internacional ou mundial, nós poderemos trazer muitos recursos e gerar muito emprego e renda, através do turismo, para o nosso Estado.

Eu permito um aparte a Vossa Excelência, Senhor Presidente Chico Guerra.

Aparte concedido ao Presidente **Chico Guerra** – Deputado, eu queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Dizer que a sua preocupação é a mesma nossa, e se for pesquisar nos anais desta Casa vai ver que eu, no meu segundo mandato, no Governo Neudo Campos, fiz uma lei da RORAITUR em parceria com uma série de empresas do Estado. Seria uma Empresa de Economia Mista que iria desenvolver o turismo do Estado. E, mais ainda, através da EMBRATUR, nós íamos criar para a RORAITUR um sistema tipo loteria da raspadinha. Aquela que versa, além de ser orçamento, uma verba extra, que a lei permitia que fosse feita. E, para meu espanto, o Governador vetou a lei. E depois de vários acordos, fomos à EMBRATUR do Rio de Janeiro. Sentamos com o presidente, decidimos a loteria e como seria a empresa. E eu não

sei por que o Governador vetou essa lei. Uma empresa que podia já há 16 anos ter desenvolvido o turismo neste Estado. Mas nunca é tarde. Agora, por exemplo, a história do rio da Água Boa, que é um dos rios de melhor pesca do mundo em Tucunaré. Na época da pescaria do tucunaré, para receber em torno de 500 estrangeiros ricos que podem pagar uma diária de 5 mil dólares, que saem de alguns lugares do mundo direito para Manaus, e de Manaus são conduzidos para lá de avião. Lá tem uma estrutura hoteleira que não deixa a desejar. E aí eles têm procurado todos os anos. Por exemplo, na última semana de dezembro estavam lá pelo menos 15 americanos pescando naquele rio.

Portanto, a nossa preocupação é igual a de Vossa Excelência. E eu entendo que o Estado de Roraima tem que encontrar um mecanismo no orçamento para que possa desenvolver o turismo em nosso Estado porque nós temos um potencial muito grande. E, no entanto, Roraima, hoje, serve de corredor para Manaus por não ter aqui estrutura para retê-lo, pelo menos dois dias para admirar as belezas naturais no Estado de Roraima. Parabênz Vossa Excelência pelo seu pronunciamento. E me junto a você nessa preocupação

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. Parabênz Vossa Excelência que teve essa visão em seu segundo mandato. Há 12 anos Vossa Excelência já apresentou nesta Casa um projeto de tamanha importância. Eu quero também enfatizar para Vossas Excelências que a atividade turística movimentou mais de 50 atividades ligadas ao turismo. E que atividades são essas? São atividades de quem trabalha com o hotel, as pessoas que trabalham na comercialização de combustíveis, pessoas que trabalham com agência de viagens, pessoas que trabalham com restaurante, pessoas que trabalham com artesanato, pessoas que trabalham dando suporte no transporte, enfim, são 50 outras atividades, a geração de emprego e renda é clara e o número de pessoas que podem ter esse suporte de trabalho a partir da criação da Secretaria de Turismo, da locação de recursos do Ministério do Turismo, da EMBRATUR, aqui para nosso Estado. Como disse o Presidente Deputado Chico Guerra, a Secretaria com orçamento próprio e com um Secretário que tem legitimidade de pleitear essas ações em nível nacional, ela vai enriquecer, e muito, o nosso Estado. Então Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, essa é minha indicação. O Parque Anauá pode ser o projeto piloto de turismo para o nosso Estado, pode ser algo a mais que está precisando para o nosso Estado de Roraima na questão do turismo. A Prefeita Municipal noticiou uma parceira com o governo do estado no sentido de revitalizar o Parque Anauá e mantê-lo como uma atração turística para que todos os boavistenses, roraimenses possam desfrutar. É com esse sentimento, com essa vontade que eu indico para que o Governador Chico Rodrigues possa dar continuidade a suas ações, mostrando que é um novo tempo e realmente um novo governo. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente - Divido os Senhores Deputados que se encontram em seus gabinetes para se dirigirem ao Plenário.

Ordem do Dia: Projeto de nº 017/2014 que "Institui a semana de promoção e prevenção em saúde do Trabalhador e o Dia estadual em memória às vítimas de acidentes e agravos relacionados ao trabalho", de autoria do Deputado Erci de Moraes; Projeto de Resolução Legislativa nº 004/2014, que altera a Resolução nº 007/2012 e suas modificações que alterou a Resolução nº 020/90 que deixou a verba de gabinete de parlamentares, e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução nº 005/2014, que altera os anexos II e III, da Resolução nº 009/11 e suas alterações que dispõem sobre reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa, e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução Legislativa nº 006/2014 que dispõe sobre a reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2014 nos termos do art. 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; Proposta de Moção de Pesar, nº 014/2014, aos familiares do Senhor Tequildo Bezerra de Moraes (Pai do Deputado Brito Bezerra), pelo seu falecimento ocorrido dia 27 do corrente, no Município de Milagres, Estado do Ceará, de autoria de vários Deputados.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que os Deputados, que estão nos gabinetes, dirijam-se ao Plenário.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Informo que, por falta de quórum regimental, as matérias constantes da pauta da Ordem do Dia ficam transferidas para a Ordem do Dia da próxima Sessão.

Solicito ao setor de Taquigrafia registrar o nome dos Senhores Deputados presentes no Expediente da Ordem do Dia: **Ângela Portella, Chico Guerra, Coronel Chagas, Gabriel Picanço, Marcelo Natanael, Marcelo Cabral e Zé Reinaldo.**

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convoco outra para o dia 06 de maio, à hora regimental. Registraram a presença os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros,**

Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.

Ata Sucinta Aprovada em: 06/05/2014

ATAS COMISSÕES

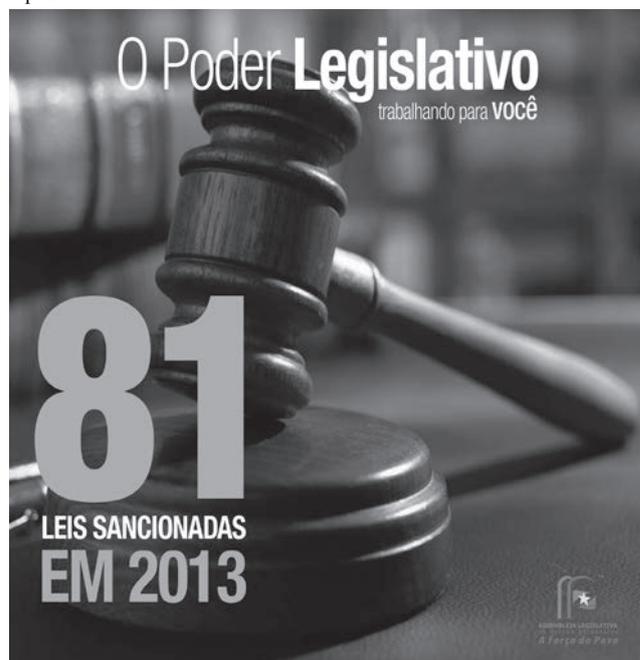
REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2014.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às onze horas e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50, 56 e 265 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Zé Reinaldo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder a verificação de *quorum*, constatando a presença de 16 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura, cujo teor já ser do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a Questão de Ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos o **Projeto de Lei nº 019/2014**, de autoria da **Defensoria Pública**, que "fixa o índice de revisão geral anual, preceituado no art. 37, X, da CF/88, exercício 2014, para as remunerações, proventos e pensões dos servidores, ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima.". O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Joaquim Ruiz, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Logo após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos constatando na ordem do dia a Matéria distribuída anteriormente. **Ordem do Dia:** Projeto de Lei nº 019/2014. Relator, Deputado Joaquim Ruiz. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas e dezessete minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Zé Reinaldo

Presidente da Comissão

Aprovada em: 21/05/2014





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

